

ANOS DE NACIONALISMO: A LÍNGUA E A TRADUÇÃO NO BRASIL DOS ANOS 1930/1940¹

Dayse Mary Ventura Arosa

Introdução

O presente artigo pretende ampliar algumas reflexões na área da história da tradução, destacando a relação entre o tempo/contexto e o texto traduzido. A partir dessa proposição, tenho a intenção de suscitar algumas discussões a respeito de como as escolhas particulares de um tradutor se associam ao momento histórico e ao imaginário coletivo dos quais ele faz parte. Como profissional das áreas de história e de tradução, orienta-me a premissa de que tudo aquilo que o homem produz é um documento histórico, e que as traduções também têm muito a nos dizer sobre um determinado tempo.

Seguindo essa lógica, defini como recorte temporal as décadas imediatamente posteriores à Semana de Arte Moderna de 1922, quando foi lançado o movimento modernista brasileiro. A opção por esse período não foi aleatória. Considerando que o movimento trazia como centro de sua discussão a construção de uma cultura genuinamente nacional, interessei-me por verificar como seriam as traduções brasileiras naquele momento, sabendo de antemão que muitos modernistas eram também tradutores.

Nesse artigo, escolhi seguir alguns caminhos, partindo de dados e fontes apresentados por Lia Wyler (2003) a respeito da história da tradução no Brasil, com o objetivo de compreender de que maneira a questão se colocava nesse período. São eles: o crescimento marcante do mercado editorial no final da década de 1930, estimulado pela política educacional do Estado Novo (1937-1945) e acompanhado de discussões sobre tradução que se estenderam pela década de 1940; as críticas contundentes de Mário de Andrade ao aumento do número de traduções, e o seu incentivo a uma produção literária nacional; e a existência de uma coluna sobre tradução no periódico *Diário de Notícias*, escrita por Agenor Soares de Moura, entre os anos de 1944 e 1946.

¹ Este texto é uma versão adaptada para artigo da monografia apresentada como trabalho final do curso de Pós-Graduação em Tradução Inglês-Português da PUC-Rio, em junho de 2007.

Não há dúvida de que o fato de ser uma historiadora pesou nessa escolha. Decidi trabalhar com fontes primárias, tal como a coluna do *Diário de Notícias*, procurando destacar o papel da tradução e as discussões sobre a escrita e a língua no Brasil. Tentar relacionar essas informações com as questões propostas no nacionalismo modernista era o maior desafio. Para tal, busquei também alguns escritos de Mário de Andrade e Monteiro Lobato, que falavam sobre a língua portuguesa e a tradução no Brasil, tentando identificar de que maneira esses autores pensavam o processo da escrita e da tradução.

O objetivo aqui não é esgotar as fontes primárias sobre o assunto, mas contribuir para uma reflexão que vem se ampliando cada vez mais no campo da história da tradução. Procurei, assim, relacionar o contexto sócio-cultural do Brasil daqueles anos compreendidos entre 1922 e 1946 ao que se discutia sobre nacionalidade, língua e tradução.

Com este ensaio, pretendo apenas abrir algumas portas e aguçar o desejo de investigar mais: buscar outros autores-tradutores do período e compreender o movimento da língua como aquele que não pode esquecer a transculturação permitida pelas vivências da diversidade cultural brasileira e pela diversidade cultural mundial que nos chega também por via das traduções.

1. Uma cultura em transformação: a rebeldia dos modernistas

Manifestado especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional.

MÁRIO DE ANDRADE

O ano de 1922 foi o ano do centenário da independência do Brasil. Na ocasião, houve inúmeras festividades, incluindo o início da grande Exposição Internacional, no mês de setembro, na cidade do Rio de Janeiro, então a capital da República. Transfigurada em cenário parisiense pelas reformas urbanas do início do século XX, a cidade recebeu as novidades dos tempos modernos, expostas nos pavilhões de diversos países, construídos no centro da cidade.

O ano de 1922 foi também o ano da Semana de Arte Moderna, ocorrida a muitos quilômetros dali, na cidade de São Paulo, sete meses antes. Os dois eventos representaram um momento especial da nossa história e da nossa cultura. De um lado,

uma ode ao progresso dos homens, em especial dos nascidos no Velho Mundo e nos Estados Unidos da América; de outro lado, um escândalo cultural, também influenciado pelas vanguardas do Velho Mundo. Duas modernidades diferentes que se derramavam em um país longínquo e independente há apenas cem anos.

A discussão sobre a construção de uma cultura nacional não era nova. Ela começara um século antes, com a independência, e trazia à tona a contradição entre a maciça importação dos modelos literários e teatrais europeus e o ideal de uma cultura nacional que buscasse suas origens entre os elementos singulares da nossa realidade. José de Alencar (1829-1877) e Martins Pena (1815-1848) são representantes de momentos em que a construção do Estado nacional e da nacionalidade passava por uma identificação com os ideais de civilidade e civilização européias e, simultaneamente, pela valorização da ingenuidade e da pureza do sertanejo ou do índio idealizado.

A Semana de Arte Moderna e o movimento modernista em que ela se desdobrou trouxeram novas dimensões para essa discussão. Ainda que influenciados por doutrinas de estética européias, os participantes do evento tinham como objetivo criar um espaço de destruição dos velhos conceitos e das velhas formas de escrever, pintar, esculpir etc. Vinte anos depois do evento, Mário de Andrade (1893-1945), em uma conferência no Ministério das Relações Exteriores, fez um balanço e uma *mea-culpa* das sessões do Teatro Municipal de São Paulo. Suas palavras reforçavam a dimensão rebelde do movimento; segundo ele “o modernismo, no Brasil, foi uma ruptura, foi um abandono de princípios e de técnicas conseqüentes, uma revolta contra o que era a Inteligência nacional” (1972: 235).

Sob muitos aspectos, a rebeldia dos que se apresentaram naquelas noites no Teatro Municipal de São Paulo foi confusa e polêmica, mas abriu possibilidades para pensar a nacionalidade sob um novo prisma: como recuperar o primitivismo do Brasil de uma maneira bem diversa da que fizeram os românticos do século XIX e como absorver a influência estrangeira.

Mário de Andrade, na mesma conferência de 1942, distingue duas fases no movimento modernista. A primeira, de 1922 a 1930, seria uma preparação para a segunda, quando o movimento atingiu uma certa maturidade intelectual. Nas suas palavras: “o movimento de Inteligência que representamos [...] foi essencialmente um preparador; o criador de um estado de espírito revolucionário e de um sentimento de arrebatamento” (1972: 241). O início do movimento foi marcado por uma certa ingenuidade dos intelectuais envolvidos que eram “puros e livres, desinteressados,

vivendo uma união iluminada e sentimental das mais sublimes” (p. 237). Mário reconhece esse momento como fundamental para o período posterior, que ele identifica como sendo “o período realmente destruidor” (p. 237). Destruidor porque, de fato, as transformações dos anos 1930/40 foram mais profundas, mais amadurecidas e se inseriam num contexto maior de mudanças sócio-políticas no Brasil. Assim, ainda que a rebeldia da Semana de Arte Moderna tenha um teor de derrubada de conceitos e idéias antigas, é só nos anos de constituição da ideologia varguista que se aprofundariam as transformações culturais modernistas.

Em 1928, portanto às portas da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas, a discussão sobre a nacionalidade se desdobraria, e Oswald de Andrade (1890-1954), um dos expoentes do movimento, lançaria o “Manifesto Antropófago”. A antropofagia oswaldiana recuperou o índio sob um novo olhar; não mais aquele índio heróico do século XIX, de uma “terra ocidentalizada” (Cunha, 1995: 53), mas um índio primitivo, original. Eneida Leal Cunha (1995) aborda um dos significados da antropofagia de Oswald de Andrade que nos interessa aqui: um procedimento que ele utiliza para enfrentar a “questão da cultura e da literatura dependentes, colonizadas” (p. 54). Ela diz: “a alegre e ativa devoração propugnada por Oswald implica abrir-se sim, para culturas e civilizações outras a partir de um lugar nosso, brasileiro, que é dependente, mas não é degradado” (p. 54). A idéia de uma cultura que se desenvolve engolindo outras, tal como faziam os índios ao devorarem seus inimigos para ganharem a sua força, produz caminhos outros para repensar a nacionalidade. O significado dessa antropofagia é o de arrancar a cultura nacional da sua submissão à dominação externa e de devorar a cultura estrangeira num processo de transformação, nacionalizando-a a partir do contato com os elementos nativos.

Mas o que tem isso a ver com a língua e com a tradução? É evidente que as questões discutidas pelos intelectuais que ficaram conhecidos como modernistas não começaram em 1922 e não foram exclusivas dos grandes expoentes do movimento. Já na primeira década do século, especialmente na capital da República, havia vozes que discutiam a importância de preservar ou mesmo resgatar a cultura e a língua nacionais, uma vez que a cultura européia tinha forte penetração. Um bom exemplo é o escritor Lima Barreto (1881-1922), cujo livro *O triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado pela primeira vez em 1911, apresentava como personagem principal um sujeito que queria tornar o tupi-guarani a língua oficial do Brasil. Em 1921, o filólogo João Ribeiro (1860-1931), professor do Colégio Pedro II, escreveu *A língua nacional*, livro em que

defendia uma diferenciação da nossa língua escrita em relação ao português escrito em Portugal. Para ele, adotar a língua de Lisboa como padrão trazia danos irreparáveis, sendo “o primeiro e o maior de todos [...] nos fica[r] vedado todo progresso nacional. Só há um progresso, e é o que lá se perfez em Lisboa ou em Coimbra; a nossa evolução passa a ser matéria alfandegária de importação contínua” (1979: 54). Antes mesmo da antropofagia de Oswald, João Ribeiro reconhece a necessidade de uma língua que esteja adequada à realidade da fala, dos hábitos e dos costumes brasileiros e entende que a língua nacional é “essencialmente a língua portuguesa, mas *enriquecida na América*, emancipada e livre nos seus próprios movimentos” (p. 164, grifo meu).

A língua nacional foi, como não poderia deixar de ser, um dos objetos de atenção e preocupação dos modernistas. Entre os críticos das regras gramaticais impostas pela língua importada de Portugal estavam Monteiro Lobato e Mário de Andrade. Lobato (1882-1948) foi uma figura especial do período modernista. Não participou da Semana e era ao mesmo tempo objeto de repulsa e de apreço por parte de seus contemporâneos, vivendo uma relação de afastamento e aproximação com os intelectuais modernistas ao longo dos anos 1920, 1930 e 1940. Suas reflexões, sua produção e suas atividades no meio intelectual e editorial discutiam intensamente o Brasil, seu analfabetismo, suas ligações com as culturas que o dominavam e uma certa visão antropofágica da cultura brasileira. Em 1926, num artigo escrito para o jornal paulista *Diário da Noite*, ele ressaltava como mérito dos modernistas “forçar-nos a uma atenta revisão de valores e apressar o abandono de duas coisas a que andamos aferrados: o espírito da literatura francesa e a língua portuguesa de Portugal” (apud Azevedo et al., 2001: 179). Lobato foi um dos maiores críticos da cultura francófila dominante, que “copiava a última moda parisiense nas artes, música e literatura” (Milton & Euzébio, 2004: 85). Foi também um dos maiores defensores do abasileiramento da língua portuguesa, adequando a língua escrita à falada no Brasil. Em 1925, dizia sobre os contos de Grimm: “pobres crianças brasileiras! Que traduções galeais! Temos de refazer tudo isso — abasileirar a linguagem” (apud Azevedo et al., 2001: 200). Essa também era a proposta de Mário de Andrade, um dos mais destacados intelectuais paulistas do período.

O principal alvo dessas discussões eram as amarras que prendiam a língua portuguesa escrita no Brasil àquela de Portugal. Sem dúvida, a discussão sobre a cultura nacional, sua identidade, suas influências, sua autonomia, era tão antiga quanto a própria nação, inventada em algum ponto do século XIX, ainda na corte do rei D. João

VI, instalada no Rio de Janeiro. Sem dúvida também, essa busca por uma identidade nacional é quase tão interminável quanto é diversa a vida sócio-cultural de um país de dimensões continentais, que foi ocupado e dominado de diferentes maneiras ao longo da sua história. Reconheçamos, no entanto, que as primeiras décadas do século XX, especialmente os anos 1920, foram bastante férteis nas suas propostas e na busca por uma diferenciação em relação à forte presença cultural estrangeira, que além de histórica por conta da colonização lusitana, apresentava-se nesse momento carregada pelas cores da grande expansão imperialista pós-industrial européia e norte-americana.

Os anos 1930 e 1940 chegariam com novas marcas. As nações imperialistas, que desejavam apresentar ao mundo um progresso infundável, como o haviam demonstrado na Exposição do Centenário no Rio de Janeiro, perdiam sua capacidade de produção e investimento. A quebra da bolsa de valores de Nova York (1929), onde até o nosso Monteiro Lobato perdeu uma fortuna, trouxe aos governos a triste realidade de que o progresso, se não tem fim, pode pelo menos ser drasticamente interrompido. Na América Latina, historicamente dependente das oscilações econômico-financeiras do mercado mundial, os líderes populistas traziam na manga a carta de um nacionalismo econômico que, dialeticamente, se colocaria como uma perspectiva de crescimento industrial “autônomo”, com uma economia controlada pelo Estado, e de atendimento às classes trabalhadoras.

O movimento modernista perdera seu espírito revoltado, e várias tendências marcavam o período, inclusive aquela advinda do “Manifesto Antropófago”, de Oswald de Andrade, que resolveu o dilema da cultura nacional vs. estrangeira e influenciou diversas gerações de escritores até os anos 1960. A discussão sobre a língua nacional não esmorecia (não esmorece nunca...) e o professor João Ribeiro parecia ganhar também novos seguidores.

Mário de Andrade, na citada conferência de 1942, discorreu um longo tempo sobre a língua nacional. Segundo ele, apesar de o movimento de 22 ter defendido o uso de uma “língua brasileira” como uma expressão de nossa identidade, chegávamos aos anos 1940 “tão escravos da gramática lusa como qualquer português” (1972: 244). Assim como Lobato, Mário defendia a língua falada como forma de orientar a escrita na diferenciação em relação à língua de Portugal. Criticava aqueles que estabeleciam, através das falas de personagens, um divórcio entre a língua escrita e a falada, “bobagem bêbada pra quem souber um naco de filologia” (p. 244). No entanto, ele chama a atenção para um fato interessante, que parecia acometer os mais preocupados

em preservarem a língua portuguesa: os mesmos que consideravam artificial a escrita das formas pronominais faladas no Brasil (as próclises, por exemplo) eram aqueles que empregavam “anglicismos e galicismos dos mais abusivos” (p. 245). A respeito dessa diversidade constitutiva de nossa língua, Mário de Andrade faz um curioso comentário que parece relevante para uma reflexão sobre qual seria o papel da tradução na nossa produção cultural e na transformação da nossa língua:

[...] como incontestavelmente [os escritores] sentem e pensam com nacionalidade, isto é, uma entidade ameríndio-afro-luso-latino-americano-anglo-franco-etc., o resultado é essa linguagem *ersatz* em que se desamparam — triste moxanifada mosculóide sem vigor nem caráter.

Não me refiro a ninguém, me refiro a centenas. Me refiro justamente aos honestos, aos que sabem escrever e possuem técnica. São eles que provam a inexistência duma “língua brasileira”, e que a colocação do mito no campo das pesquisas modernistas foi quase tão prematura como no tempo de José de Alencar. [...] Saber escrever está muito bem; não é mérito, é dever primário. Mas o problema verdadeiro do artista não é esse: é escrever melhor. (p. 246)

Sabemos que Mário não aderiu à teoria antropofágica, como nos parece revelar a sua fala sobre a linguagem *ersatz* (“imitação” ou “substituição”). Essa parte de seu texto representa uma crítica ao que seria essa nacionalidade tão diversa em suas influências (“entidade ameríndio-afro-luso-latino-americano-anglo-franco-etc.”) e que Oswald chamou de cultura antropofágica. Mário revelava de forma debochada as culturas que estiveram presentes no universo brasileiro desde a colonização e defendia a pesquisa como uma necessidade — uma forma necessária de desdobramento do modernismo — em busca dessa identidade cultural, das raízes populares e nativas dessa nacionalidade. Isso significa que, diferentemente dos que aderiram à antropofagia cultural, Mário acreditava que a verdadeira cultura nacional estaria na nossa origem mais primitiva. Por outro lado, sua defesa do desenvolvimento da escrita num processo de melhoramento da língua, como mostra o final da citação, nos leva a refletir sobre o papel dos tradutores, não apenas em relação a essa melhora, como também em relação à construção da cultura em termos mais gerais.

Monteiro Lobato, com uma visão um pouco diferente daquela de Mário, também defendeu a libertação da língua do Brasil em relação à de Portugal. Segundo John Milton e Eliane Euzébio, “Lobato acreditava que, após 400 anos de subserviência a Portugal, havia chegado a hora de libertar-se da influência de Lisboa e desenvolver uma língua especificamente brasileira” (2004: 87). Ainda segundo esses autores, Lobato defendia a busca do folclore e dos mitos brasileiros para a constituição de uma cultura

nacional, busca na qual ele próprio se empenhou em sua obra infantil, e que deveria ser acompanhada pelo desenvolvimento do país. Atraído pelo crescimento norte-americano, o criador do Sítio do Picapau Amarelo entendia que era preciso valorizar a própria cultura, mas também ter acesso a culturas e ao progresso estrangeiros, para que o Brasil fosse um país desenvolvido. E aí estava a diferença em relação a Mário e, diga-se de passagem, ao governo estadonovista.

Em 1940, Mário escreveu um artigo para o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, com o título “A língua nacional”. Ali, diferentemente do que diria dois anos depois a respeito dos romancistas, ele mostrava como haviam mudado os filólogos nos últimos 20 anos, que já não buscavam mais a cultura dos clássicos portugueses, “em que a língua se repesara inutilizada e fixa, incapaz de fecundar mais mundos” (Andrade, 1993: 175). Assim, enquanto criticava os romancistas por se manterem escravizados à língua lusa, valorizava os *filólogos* que se dedicavam à busca dessa língua “brasileira”. No mesmo artigo, por exemplo, Mário de Andrade elogia Artur Neiva, mostrando-o como um tupinólogo que buscava na língua falada no Brasil a etimologia de inúmeras palavras.

Nos anos 1940, ao menos nos meios filológicos, parecia que o português daqui conseguia a sua independência do português de Portugal. Mas e a cultura nacional? Como ela lidava então com as influências estrangeiras? É hora de falarmos de livros, editoras e tradução...

2. Uma sociedade em transformação: o Estado Novo e o crescimento do mercado de livros e da tradução

No Brasil, dado o seu grande volume, mais que fonte de prazer e exotismo, a tradução tem sido durante cinco séculos um veículo de aculturação.

LIA WYLER, *Línguas, poetas e bacharéis*

Sabemos que a história do Brasil é também a história de diversas convivências étnicas. Desde a chegada dos portugueses, lidamos com a influência cultural externa, tão múltipla e variada quanto a cultura estabelecida e construída no território colonial. Desde essa época também, a tradução faz parte das relações construídas aqui entre os homens e essas culturas. Nos anos 1930, as influências estrangeiras continuavam por toda parte: no vestir, no falar, no escrever, e não poderia ser diferente. Em *Línguas*,

poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil, livro que utilizarei como fio condutor desta parte do texto, Lia Wyler (2003) traça um perfil histórico da tradução e dos tradutores no Brasil desde os tempos coloniais. A autora nos chama a atenção para a trajetória dessa relação, destacando o período pós-1930 como aquele em que se ampliaram não apenas as traduções brasileiras, como também o mercado editorial como um todo. Começamos então a penetrar esse universo.

Muitos políticos, intelectuais, ministros e governantes buscaram construir uma identidade nacional, singular, colocando em questão a brasilidade. A década de 1920 foi surpreendida por uma crise econômica de grandes proporções em seu último ano. A quebra da bolsa de valores de Nova York deu um choque de recessão na economia de praticamente todas as regiões do mundo. Simultaneamente os valores liberais entraram em crise e propostas intervencionistas das mais variadas ganharam terreno. Não seria diferente no território verde-amarelo. A crise política que se desenhava ao longo da década aprofundou-se com a crise econômica de 1929 e fez explodir em 1930 uma revolução, trazendo para a cena política novos rumos, novas perspectivas nacionais e novas concepções de nação. A valorização da nacionalidade expressou-se em várias áreas da atuação político-social brasileira, especialmente após o golpe de Estado de 1937, liderado pelo presidente Getúlio Vargas, que já governava o país desde 1930. Estava criado o Estado Novo, um período de oito anos de ditadura, em que autoritarismo, brasilidade e patriotismo pareciam ajustar-se perfeitamente. Em 1937, por exemplo, foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com a forte colaboração de Mário de Andrade, a quem havia sido encomendado um estudo para a criação do instituto. Os patrimônios são considerados manifestações culturais e símbolos da nação, bens que devem ser transmitidos às gerações futuras, que devem ser preservados a fim de reforçarem a identidade coletiva e a formação de cidadãos (Fonseca, 2005). No mesmo ano do surgimento do SPHAN, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), por iniciativa do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. Entre os seus objetivos estavam a “edição de obras literárias julgadas de interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais e, finalmente, a expansão, por todo o território nacional, do número de bibliotecas públicas” (Fundação Getúlio Vargas).

O projeto nacionalista da era Vargas cooptou não apenas empresários e trabalhadores, como também intelectuais, que passaram a dirigir os novos centros que produziam, preservavam e estimulavam a cultura nacional. Segundo Wyler, a educação

10.17771/PUCRio.TradRev.12703

doi

tinha então o duplo fim de produzir mão-de-obra qualificada e formar cidadãos imbuídos desde cedo do espírito estadonovista que então se implantava. Assim, multiplicaram-se escolas e bibliotecas públicas, cujo objetivo era aumentar a alfabetização e a difusão desse ideário de nação, rediscutido e revisto, resultando num projeto de nação moderna em que o Estado liberal morria e novas formas de governar e pensar emergiam. Segundo Adriana Pagano (2001), o isolamento da América Latina em geral durante a crise de 1929 e a 2ª. Grande Guerra obrigou-a a pensar sobre si mesma, especialmente seus intelectuais, que buscavam uma identidade e repensavam “o nacional dentro de um novo contexto global” (2001: 175)².

Esse estímulo à formação de leitores, à produção de livros, à criação de bibliotecas acabaria por ampliar o mercado livreiro. E, apesar do forte empenho em se enfatizar a singularidade de nossa cultura, a nossa brasilidade, esse é o momento em que mais cresce a quantidade de traduções de livros estrangeiros. Há uma aparente contradição entre o desejo de dar voz à nacionalidade e o crescimento do mercado de traduções. No entanto, do ponto de vista da política cultural estadonovista, o que ocorre é também uma certa antropofagia, posto que, como nos informa Wyler (2003), “a ação do INL abrangeria apenas traduções escolhidas e subsidiadas de ‘obras raras e preciosas’ que interessassem à cultura nacional” (p. 109). Os livros a serem traduzidos de acordo com as premissas do INL eram as obras dos viajantes dos séculos anteriores, que descreviam os costumes e paisagens brasileiras. Isso significou recuperar as origens da nossa brasilidade, ainda que pelo relato do estrangeiro. A história poderia nos mostrar quem éramos e que éramos daquele jeito porque a nossa história nos trouxe até ali por um processo especificamente nosso.

No entanto, as traduções não iriam se limitar a esse conjunto de obras. Ainda que controladas pela censura, elas multiplicavam-se. Os anos 1930 e especialmente os anos 1940 foram marcados pela expansão da indústria do livro, que passou a atender a uma massa de leitores ampliada pelas políticas públicas de educação e leitura. O início da guerra dificultou a importação de vários itens, inclusive o livro. Se a nossa industrialização em geral teve um empurrão do processo de “substituição de importações”, também o teve a nossa indústria livreira, aí incluídos os livros traduzidos. Ainda de acordo com Wyler, o setor que mais cresceu foi o de literatura infantil, fosse porque era esse o alvo principal das políticas públicas, fosse porque, em tempos de

² No original: “the national within a new global context”.

ditadura, “traduzir e publicar livros infantis foram alternativas [...] para complementar o orçamento, [...] para manter os vínculos com seu público leitor e seus editores, sem se indispor com os órgãos encarregados de zelar pela ordem política e social do país” (p. 122). De qualquer forma, a tradução acabou por contribuir para a consolidação do mercado editorial como um todo (Pagano, 2001). Editoras como José Olympio, Martins e Globo (de Porto Alegre) passaram a publicar diversos livros traduzidos por escritores conhecidos. As editoras dos anos 1940 preferiam contratar autores já consagrados da literatura nacional como tradutores, o que acabava dando confiabilidade e publicidade à obra. Surgia assim o autor-tradutor. Mário de Andrade foi um dos maiores críticos dessa avalanche tradutória, lamentando que os escritores se dedicassem a essa atividade porque lhes era mais rentável do que publicar seus próprios escritos (Andrade, 1993).

Monteiro Lobato, por sua vez, foi um dos mais conhecidos autores-tradutores da época. Aliás, ele não se dedicou apenas a escrever e traduzir, tendo sido um dos grandes incentivadores do crescimento do mercado de livros no Brasil. Empreendedor, Lobato criou sua própria editora em 1919, a Monteiro Lobato e Companhia, e em 1925 fundou a Companhia Editora Nacional com outros sócios. Seus livros e artigos sempre foram motivo para polêmicas nos meios intelectuais. Já sabemos que as relações entre ele e os modernistas, por exemplo, oscilavam entre a simpatia e a rejeição. No Estado Novo, aquele que escrevia e publicava muitas vezes entrava em choque com a política nacionalista do próprio Estado. Getúlio Vargas, segundo Milton e Euzébio (2004), não gostava de sua postura “internacionalista” e das comparações que ele fazia entre o Brasil e os Estados Unidos da América e a União Soviética.

Diferentemente de Mário de Andrade, que via na busca das raízes nacionais o caminho para a construção da nação brasileira, Monteiro Lobato encantou-se pelos países ditos avançados, em especial os Estados Unidos, quando no final dos anos 1920 foi nomeado adido comercial naquelas paragens. A partir daí, destacou cada vez mais as condições do atraso brasileiro, iniciando uma luta pela modernização do país. Nesse sentido, suas críticas ao governo brasileiro ou ao que era o Brasil da era Vargas não eram bem vistas, o que provocou a censura a algumas de suas publicações.

Não há como negar, no entanto, sua forte presença no mundo editorial, lançando autores novos, como Léo Vaz, escrevendo a imensa obra infanto-juvenil da turma do Sítio do Picapau Amarelo e publicando traduções que encheram o mercado da época de histórias vindas de outros universos culturais. As publicações da Companhia Editora Nacional recebiam atenção especial no processo de editoração, procurando criar capas e

formatos de livros atraentes para o público leitor. Além disso, ampliou os espaços de venda, comparando o livro a qualquer outra mercadoria, devendo, portanto, estar acessível ao público em diversos lugares que não apenas as livrarias, para que fossem vistos e desejados pelos leitores.

Lobato talvez esteja entre os escritores que mais representam o conceito oswaldiano de antropofagia cultural. Mais do que uma aculturação, sua obra absorve a cultura européia em contexto nacional, quando traz para o sítio de Dona Benta personagens das histórias infantis tradicionais da Europa, fazendo com que as crianças brasileiras participem de um universo tipicamente rural brasileiro, ou, como nos diz Marisa Lajolo, “fecundando sua significação em relação ao seu contexto tradicional pela sua imersão em outro contexto, agora moderno e nacional” (apud Vieira, 2001: 166).

As traduções feitas por Monteiro Lobato foram motivo de muita polêmica. Por quê? Na verdade, as traduções ganharam nesse período lugar de destaque, não apenas porque alguém como ele traduzia, e muito, como também porque vários escritores traduziam e vários outros criticavam as traduções. Que críticas eram essas? Por que tanto a falar sobre os livros traduzidos? Precisamos agora dar a palavra a tradutores e críticos...

2. Certo ou errado? Fiel ou infiel?: a crítica das traduções

É através da tradução que uma cultura pode assimilar elementos de outras culturas e se enriquecer, se universalizar nos seus conteúdos.

LEANDRO KONDER

Em tempos de globalização e de resistências nacionais, como refletir sobre as relações entre as culturas e como pensar a tradução como parte delas? Em 1985, o filósofo Leandro Konder proferiu as palavras que abrem esta parte do trabalho, ao participar de uma mesa-redonda sobre tradução e a cultura nacional, no II Encontro Nacional de Tradutores, realizado em 1985, na PUC-Rio. Ali, expôs sua visão antropofágica dessa relação. Era também dessa maneira que Oswald de Andrade e seus seguidores encaravam a relação da cultura brasileira com a estrangeira, e já vimos o quanto essa convivência é antiga e constante, constitutiva da nossa história. A teórica da tradução Else Vieira define essa antropofagia como “um experimentalismo nacional bastante específico, uma poética da tradução, uma operação ideológica assim como um discurso crítico que teoriza a relação entre o Brasil e as influências externas” (1999:

95)³. Desse ponto de vista, a antropofagia seria uma forma de romper com a relação de dependência e subserviência cultural, uma vez que geraria uma cultura cujos elementos estrangeiros seriam transformados por elementos autóctones.

Na imprensa de hoje, as críticas de traduções são muito mais voltadas para questões lingüísticas propriamente ditas, do que para a contribuição que possam trazer para a cultura e para a literatura do país, ou mesmo para a ampliação do público leitor, ao passo que, nos anos 1930/40, eram feitas críticas sobre traduções e comentários sobre o que é traduzir e a importância de fazê-lo.

Nesta parte do presente texto, vamos examinar o pensamento de três personagens do meio intelectual em relação ao ato de traduzir e aos textos traduzidos, trabalhando em duas direções — uma aponta para os aspectos lingüísticos da língua portuguesa e a outra para a relação entre a escrita de um texto traduzido e a cultura nacional. Além de Monteiro Lobato e Mário de Andrade, passaremos a ter como base as críticas de Agenor Soares de Moura, a partir de referências que aparecem no livro já citado de Wyler. Os dois primeiros, como foi visto, são expoentes do modernismo brasileiro e figuras de destaque nos meios políticos e editoriais brasileiros nas duas décadas em questão. Agenor Soares de Moura (1901-1957), por sua vez, era crítico e tradutor, e manteve por quase dois anos (1944-1946) uma coluna sobre traduções no suplemento literário do *Diário de Notícias*, com o título de “À margem das traduções”.

A leitura de artigos e comentários desses intelectuais me permitiu dividir suas posições em dois eixos. Um primeiro reúne algumas definições do que é ser tradutor e de sua função no universo cultural. Um segundo eixo, referente à questão lingüística, diz respeito ao que se considera ser um bom tradutor ou fazer uma boa tradução, momento em que entram questões referentes a fidelidade, servilismo e literalidade, conceitos centrais em qualquer reflexão sobre a atividade tradutória.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que os anos aqui em foco foram de ampliação do mercado tradutório não apenas na área da ficção, como também na área técnica, ou, como diria Mário de Andrade, nas áreas do “belo ou útil” (1993: 97). Começamos por ele, então. Em 1939, já em pleno projeto varguista de desenvolvimento nacional, especialmente no setor industrial, nada mais lógico do que um dos intelectuais orgânicos do regime defender a importância de se traduzir o “útil”. Ele justifica:

³ No original: “very specific national experimentalism, a poetics of translation, an ideological operation as well as a critical discourse theorizing the relation between Brazil and external influences.”

“preferia que se traduzisse por enquanto mais o útil do que o belo, porque aquele, mesmo em língua bulgre, o mal que faz na economia lingüística se compensa fartamente pelo em que desenvolve o espírito e aprofunda a cultura geral” (p. 97). Já aqui vemos duas questões que dividem a nossa análise: uma está relacionada à cultura e a outra à lingüística. Na tradução de um livro técnico, de acordo com sua perspectiva, o aspecto lingüístico teria uma importância menor; o fundamental seria proporcionar o acesso à tecnologia de países tidos como exemplos de desenvolvimento, para ampliar a cultura em termos gerais. Na tradução de um romance, no entanto, a beleza seria fundamental... Em um outro momento deste trabalho, já vimos como Mário, na conferência de 1942, se referia de maneira negativa aos escritores que se mantinham escravos da língua lusa. Em 1939, em um artigo especialmente dedicado ao tema da tradução, publicado no *Diário de Notícias*, ele criticava os tradutores de romances por saberem muito pouco escrever a língua nacional. Ao criticar as traduções, Mário direcionava sua pena de maneira especial para as editoras, a quem acusou de não cuidar da qualidade dos textos, fazendo com que as “traduções nacionais sejam oitenta por cento repudiáveis” (1993: 97). Sua visão da língua nacional traz para o cerne da discussão a fluidez da tradução.

Monteiro Lobato seguia a mesma linha. Em artigo dedicado às traduções, começa falando da ampliação de sua quantidade e da diversificação dos idiomas de partida — além do francês e do espanhol, também o inglês. Em seguida, critica a qualidade das traduções, cada vez mais rejeitadas pelo público, o qual “foi verificando que com a pressa de apresentar novidades, os editores descuidavam da qualidade, dando inúmeras traduções perfeitamente infames” (1982: 88). No fundo, as críticas de Mário reforçavam a preferência pelo autor-tradutor, da mesma maneira que Lobato. A diferença entre eles está na forma de dizê-lo. Vejamos um comentário do primeiro:

Quem quer que leia as traduções de romances feitas pela enorme maioria dos nossos tradutores, perceberá imediatamente que o melhor é traduzirmos só coisas úteis por enquanto. Convém deixar os romances e demais coisas belas pra quando a tradução não for, entre nós, ofício de ganhar a vida, mas uma das volúpias da inteligência bilíngüe. (1993: 98)

Um pouco mais adiante acrescenta:

A metafísica expressional, aquilo em que Guilherme de Almeida é um mestre nas suas traduções de versos franceses, tanto como Manuel Bandeira o é na tradução de sonetos ingleses, a metafísica expressional, o que o problema da tradução tem de mais

profundo, de mais fundamental, de mais glorioso para o tradutor e de mais necessário para o leitor, isso os nossos tradutores ignoram completamente. (p. 98)

Nessa sequência, observamos que, para Mário, os autores conhecidos e reconhecidos são apresentados como bons exemplos de tradutores, aqueles que entendem “a alma da palavra” (p. 98). Mas Monteiro Lobato é mais explícito:

[...] que o tradutor seja também escritor — e escritor decente. Mas os escritores decentes, que realmente são escritores [...] preferem e têm mais vantagens em escrever obras originais de que transplantar para o português obras alheias. Os editores pagam menos e o público não lhes reconhece o mérito. (1982: 88)

As críticas de Lobato e Mário referentes ao problema do *boom* de traduções e suas conseqüências para a qualidade dos livros se misturam à defesa de colocar como bons tradutores os bons escritores, embora vejam essa relação entre ser tradutor e ser escritor de maneira oposta. De um lado, Mário de Andrade defende o desenvolvimento da cultura nacional a partir da pesquisa e escrita relacionadas a elementos genuinamente nativos e, por isso, reclama que os escritores preferem traduzir a escrever obras originais. De outro, Lobato vê a tradução como um meio de aperfeiçoamento e ampliação do nosso universo cultural através do contato com a cultura estrangeira, pois via o Brasil como um país atrasado, “que deveria desenvolver-se tecnologicamente, ao mesmo tempo em que deveria fortalecer a sua cultura” (Campos, 2004:134).

Lobato considerava a literatura um dos tesouros da humanidade e “povo rico em tradutores faz-se realmente opulento, porque acresce a riqueza de origem local com a riqueza importada” (1982: 89). Nesse sentido, o desenvolvimento da cultura nacional passava pelo acesso à cultura estrangeira e a tradução era um veículo para acessá-la. Na prática, as traduções de Lobato vão além de sua fala. A transformação operada por ele em muitos dos textos que traduziu aproximam-no de uma visão antropofágica da formação da cultura nacional, o que o afasta de Mário de Andrade, que, como sugere a citação lida mais acima, acreditava num nacionalismo mais aferrado às origens do Brasil. Adriane Vieira (2001), seguindo a linha de Else Vieira, comenta que as idéias — e eu diria especialmente a ação tradutória — de Monteiro Lobato teriam fortes semelhanças com a metáfora da antropofagia, já que, “em termos culturais, isto pode significar uma forma dos brasileiros de assimilarem a cultura estrangeira, como os

canibais, não de uma maneira submissa, mas ativa, engolindo, ou melhor, transformando essa cultura” (2001: 165)⁴.

A criação e a tradução se misturavam na vida literária de Lobato. Partilhando da idéia de que a língua nacional deveria corresponder ao cotidiano de seus falantes, em seus livros infantis sobre a turma do Sítio do Picapau Amarelo ele criou personagens que se tornaram mediadores da cultura estrangeira para as crianças brasileiras. Foi através das histórias contadas por Dona Benta ou das experiências vividas pelos personagens do sítio no contato com os personagens das clássicas histórias infantis européias que o autor-tradutor importou e recriou o universo da cultura estrangeira entre nós.

Lobato justamente definia a tradução de uma maneira bastante diferente do que pensavam os tradutores da época. Para ele, “a tradução tem que ser um transplante. O tradutor necessita compreender a fundo a obra e o autor e reescrevê-la em português como quem ouve uma história e depois a conta com palavras suas” (1982: 88). Por esse motivo é que ele considerava essencial que a tradução fosse feita por escritores. Bons autores-tradutores “servem à cultura nacional, dilatando o raio de alcance das grandes obras” (1982: 89), num perfeito exercício de canibalismo cultural.

Monteiro Lobato foi um dos alvos da pena de Agenor Soares de Moura, cujos artigos, reunidos em livro por Ivo Barroso em 2003, constituíam críticas a traduções publicadas de diversos idiomas e, em geral, apontavam erros de tradução e redação. Através das análises que fazia de textos traduzidos, cotejando-os com os originais, ele deixava transparecer aqui e ali sua visão sobre o que é ser tradutor, o que é uma boa tradução, o que é fidelidade, traição, literalidade e servilismo.

Sobre Monteiro Lobato, Moura afirma que ele lia “um capítulo, apanhava-lhe o conteúdo e depois o exprimia, com maior ou menor exação, o assunto do mesmo. Adaptações destas, quase paráfrases” (2003: 21). Sua tradução de *Invisible man*, de H. G. Wells, é uma “versão libérrima” (p. 30). E mais, “o eminente tradutor pula freqüentemente frases, maiores ou menores, do original. Em compensação, enxerta de vez em quando coisas alheias ao texto, ainda que não ao assunto” (p. 71). Moura percebe muito bem as estratégias adotadas por Lobato, tanto assim que o que diz sobre

⁴ No original: “In cultural terms, this could mean a way in which the Brazilians, like the cannibal, would assimilate foreign culture, not in a submissive way, but rather actively, swallowing, or rather, transforming this culture”.

ele coincide exatamente com as declarações que este faz sobre a sua concepção de tradução; a questão é que Moura não aceita essa forma de traduzir.

Através das críticas de Moura, vamos destacar assuntos específicos relativos à língua, seu uso, sua escrita e o compromisso do tradutor com ela, como o trecho a seguir, em que ele questiona a idéia de que bons escritores sejam necessariamente bons tradutores:

[...] vamos logo declarando que não basta a grande, a incontestável autoridade de um nome para cunhar uma palavra [pomo de terra – traduzindo *pomme de terre*] destas quando temos os equivalentes, talvez em maior número ainda, pois admitir-se isso seria o mesmo que abrir a porta a um precedente perigoso e [...] atentatório da nossa dignidade lingüística. (p. 32)

O comentário acima dizia respeito a um galicismo surpreendentemente cometido por Lobato em uma de suas traduções. Também como os dois escritores modernistas, Agenor faz uma crítica à proliferação descuidada das traduções: “a pressa quase sempre inimiga da perfeição, e o insuficiente conhecimento da língua de que se faz a tradução — eis as principais causas das más transposições das últimas obras de êxito” (p. 27).

O próprio crítico explica os objetivos de sua coluna: “apontar [...] os descuidos mais graves e os erros mais evidentes ou mais ridículos de que tivermos tomado nota em nossas leituras e confrontos” (p. 28). Uma das maiores críticas é ao que ele chama de infidelidades. A preocupação com a fidelidade ao original é uma velha discussão entre os tradutores; alguns muito preocupados com ela, outros nem um pouco, como o nosso criador do Sítio do Picapau Amarelo. Levada ao extremo, essa exigência de fidelidade — entendida a tradução como uma reprodução absolutamente equivalente ao original — acabou por gerar uma idéia de que traduzir é trair e de que a tradução seria, portanto, impossível. Esse é um problema tão antigo e controverso quanto o é para os críticos literários e os alunos de ensino médio descobrirem as verdadeiras intenções do autor de um romance qualquer. Por outro lado, há casos em que a fidelidade é de tal forma desconsiderada, em que os tradutores tomam tamanha liberdade, que cabe perguntarmos se tais reescritas não seriam, a rigor, adaptações e não traduções. O ponto-chave, ao que parece, é encontrar um equilíbrio entre as duas atitudes opostas. De qualquer forma, para não nos perdermos nessa polêmica, voltemos ao que o nosso crítico contundente considera infidelidade. Ao contrário de alguns, ele acredita na possibilidade da tradução, mas chama a atenção para os “erros”, por ele chamados de “infidelidades”. Na maioria das vezes, refere-se ao problema dos falsos amigos. Um

exemplo é a crítica a Lúcio Cardoso, que, ao traduzir *Pride and prejudice*, utiliza para *disagreeable* a palavra “desagradável”. Dizia ele: “Esse adjetivo em inglês pode corresponder a *ill-tempered*, e ali correria bem melhor o vernáculo se estivesse ‘impertinente’, ‘rabugento’ ou o popular ‘ranzinza’” (p. 23).

Um outro foco de suas críticas são erros de sinonímia, provocados talvez por falta de atenção na leitura do original (p. ex. confundir *about* e *above*). Esses erros, que ele chama de “infidelidades patentes”, são a seu ver graves não apenas porque comprometem a obra traduzida, como também, e isto é o mais interessante, porque comprometem a língua portuguesa. Por isso, é essencial:

[...] o conhecimento positivo e a devida atenção [...] que podem guiar o tradutor para evitar um esbarro em tais escolhas. Algumas dessas palavras são realmente pérfidas porque, introduzidas de contrabando, são capazes de vir a enfraquecer ou até modificar as antigas acepções que o vocábulo possuía. (p. 28)

Uma conseqüência, portanto, desse tipo de “traição” é o surgimento de frases que se constituem em “atentados ao nosso vocabulário” (p. 49):

[...] já há escritores “renomados” (*renommés*) ou mesmo artistas “remarcáveis” (*remarquables*) como se fossem mercadorias de “queimas” em casas comerciais. Dizem até que alguns atores jogam bem os seus papéis. Melhor seria logo que jogassem “rolos” (*rôles*), que se prestam mais como instrumentos de arremesso. (p. 43)

Embora os erros apontados pelo crítico consistam, na maioria das vezes, em traduções que julga infiéis, em alguns momentos ele critica a qualidade textual de traduções que, por falhas de redação, não expressam adequadamente o pensamento do outro. Em um de seus artigos, ele explicita esse pensamento falando do mau tradutor:

Não traduz mal apenas, quem, dando razão ao velho brocardo italiano, trai o pensamento alheio. Também de certo modo o deturpa quem, embora compreendendo o seu autor e não o traindo, não dispõe de habilidade suficiente para torná-lo integralmente compreendido na língua para a qual faz a tradução. (p. 241)

Um outro aspecto levantado nas críticas de Agenor Soares de Moura refere-se à literalidade, ou seja, a estruturas lexicais e sintáticas que são verdadeiros decalques do original: essa crítica, aliás, é também feita de modo contundente por Mário de Andrade e Monteiro Lobato (apesar do seu “pomo de terra”!). A preocupação com a fluência da língua, com a compreensão do que se lê é recorrente nos escritos dos três intelectuais. Moura é muito claro quanto a essa questão:

[...] o tradutor aliás se aferra ao original, acreditando talvez que traduzir é mais ou menos trocar uma palavra inglesa por uma portuguesa, obrigando continuamente o leitor atilado a retraduzir mentalmente o que apenas foi passado literalmente do original para a nossa língua. (p. 57)

No mesmo sentido, Mário de Andrade se aborrecia com a tradução de um texto sobre a sífilis e, indignado, se perguntava:

Que língua é essa! Torrente grossa de palavras mal dispostas, sem leveza, sem clareza, sem estilo, sem linguagem. Confusionismo gorduroso e sem ideal, lerde e lesmenta gosma informe e puxapuxa, em que não somente a linguagem, mas a própria inteligência se vê em perigo de soçobrar. (1993: 99)

Comentando um outro livro, ele definia o que significava uma tradução literal: “o tradutor, em vez de traduzir, transcreveu, ou que nome tenha” (p. 99). Lobato engrossava esse discurso afirmando que nas traduções de línguas não-latinas, “se a tradução é literal, o sentido chega a desaparecer; a obra torna-se ininteligível e asnática, sem pé nem cabeça” (1982: 88).

Uma última visão negativa das traduções nas críticas de Moura refere-se ao servilismo da língua portuguesa às línguas de partida. Na verdade, ele situa ideologicamente a literalidade, mostrando que essa forma de traduzir pode ser vista como servilismo. Para ele, esse servilismo está presente especialmente na sintaxe das frases traduzidas e em expressões já consagradas entre nós, como, por exemplo, traduzir *faire son possible* por “fazer o seu possível” ao invés de “fazer o possível”. O crítico alerta que “quanto maior a parecença, maior deve ser o nosso cuidado para não darmos a impressão de que a nossa língua é escrava de outras” (2003: 80).

Nesse passeio pelas palavras de nossos escritores, tradutores, críticos, chegamos de novo ao ponto inicial de nossa discussão: a questão da cultura nacional e da tradução, num momento de um evidente nacionalismo estadonovista. O que têm a língua e as observações desses autores a ver com esse contexto mais amplo? Ao pensarem sobre fidelidade e traição tradutórias e fluência textual, esses autores possuíam uma visão específica de língua e de língua nacional e, portanto, promoviam um determinado conceito de nação. Podemos levantar alguns pequenos indícios de que a preocupação com a língua portuguesa nas traduções e com a ampliação da cultura por elas promovida eram, sim, formas de pensar e defender a nacionalidade. A língua é parte fundamental

de qualquer cultura, é a expressão de um modo de viver e pensar o mundo e, portanto, de coesão dentro de uma comunidade.

Fosse por defender uma aproximação entre a língua escrita e a língua falada, caso de Mário de Andrade, por defender o acesso à cultura estrangeira como forma de ampliar e melhorar a nossa cultura, como Lobato, ou por defender o fim da escravidão em relação a outras línguas, como Agenor Soares de Moura, todos de algum modo estavam promovendo uma determinada visão de cultura brasileira dentro da nação estadonovista.

Considerações finais

Recentemente recebi pela Internet uma mensagem sobre a nova reforma ortográfica da língua portuguesa, que pretende unificar a língua escrita em todos os países lusófonos. Estava mergulhada nas discussões nacionalistas do período modernista e aquilo me soou muito estranho. Em tempos de globalização, percebemos que existe um desejo de ingressar na rede, de ter acesso ao que o mundo inteiro oferece, e, por outro lado, de afirmar uma identidade própria. A afirmação das identidades é um processo construído pelas comunidades humanas que recortam marcas comuns e as reúnem em conjuntos que denominam raça, religião, língua, nação. O mundo lusófono está tentando afirmar sua identidade através da unificação da língua. Visto por um outro ângulo, no entanto, essa unificação está diluindo as identidades dos países abarcados pela reforma. Uma língua se constrói como a história. Ela é a expressão de uma vivência coletiva, de hábitos, de costumes, de conflitos, de significados compartilhados por aquilo que Stanley Fish chamou de “comunidades interpretativas” (1993).

É fato conhecido que os processos de criação de identidade, em especial de identidade nacional, envolvem a relação entre as línguas e as culturas. Em sociedades que têm a sua história marcada pela dominação colonial, isso se torna ainda mais relevante. Em sua dissertação de mestrado, Marcelle Castro (2007) apresenta um capítulo sobre os estudos e as discussões em torno das traduções pós-coloniais na África e na Ásia. Ela mostra que a opção pela utilização da língua do colonizador ou das línguas nativas por escritores nativos implica uma discussão sobre a dominação e o questionamento dela. Nesse sentido, as estratégias tradutórias constituem-se a partir do público que se quer atingir: o máximo de pessoas fora da comunidade, para que conheçam a cultura dos novos países, ou a própria comunidade de onde se fala.

Essas reflexões vêm ao encontro de nosso objetivo, qual seja, o de promover uma discussão em torno do pensamento nacionalista das décadas de 1930/40, num país que, originalmente colonizado por uma nação européia, discute a língua nacional e a produção cultural, buscando constituí-las, em ambos os casos, com uma identidade nacional. Apresentamos ao longo do texto alguns intelectuais que viveram o período modernista e suas posições a respeito da língua e da tradução. É chegado o momento de sintetizar algumas observações feitas até aqui e, ao mesmo tempo, desenvolver um pouco mais as reflexões sobre a prática de traduzir.

Entre os estudiosos da tradução, já é consenso que toda tradução é domesticadora e o que varia é o grau de domesticação operado pelo tradutor. Não tratarei aqui da polêmica estrangeirização vs. domesticação da cultura de partida. Apenas proponho levantar alguns pontos referentes a ela que possam ser relacionados com a proposta do “Manifesto Antropófago”.

As polêmicas e críticas que recortamos a partir de Mário de Andrade, Monteiro Lobato e Agenor Soares de Moura representam um contexto bastante específico da história brasileira e sua relação com a língua e com a produção cultural. Naquele momento, havia dois desafios a serem enfrentados pelos intelectuais: o primeiro consistia em construir uma cultura nacional, construção essa que tinha como parâmetro central o apoio ou a oposição à perspectiva estadonovista; o segundo consistia em tornar a produção cultural disponível e atingir um público leitor que crescia em função do aumento do poder de consumo e da alfabetização.

Sabrina Martinez (2003) analisou a tradução que Monteiro Lobato fez do livro de Dashiell Hammet, *The thin man*, e, como muitos críticos da época e posteriores, considerou o trabalho como uma adaptação. John Milton e Eliane Euzébio (2004) têm uma opinião análoga quando afirmam que “a estratégia tradutória de Lobato é a de adaptar, empregando uma linguagem simplificada e mais coloquial, de modo a permitir um entendimento imediato por parte das crianças, seu público-alvo” (2004: 87). Tomando o exemplo de Lobato, gostaria de apontar uma outra direção para a discussão estrangeirização vs. domesticação, e para a mais antiga polêmica fidelidade vs. infidelidade. Essa nova direção parte das falas de Milton & Euzébio e de Martinez: pensar o “público-alvo” e o “propósito” do tradutor.

A prática do historiador nos ensina que as perguntas que fazemos aos documentos dependem de onde partimos e aonde queremos chegar. Alguém que escreve uma obra ou traduz a obra de outrem o faz pensando em quem vai recebê-la. Portanto,

duas questões devem ser analisadas na discussão do contexto em que as obras são escritas e traduzidas: para quem se escreve e qual a inserção daquele que escreve.

Nesse sentido, como julgar as traduções de Monteiro Lobato? Vivia-se um momento em que crescia o número de crianças que aprendiam a ler. Lobato teve o mérito de apresentar a elas, e a muitas outras que nasceram muito depois, não apenas a cultura rural brasileira, com seus mitos e entes mágicos, como também um universo de histórias do Velho Mundo que passaram de boca em boca por séculos, como os mitos gregos e as histórias infantis européias. Num diálogo com os hábitos e histórias nascidas por aqui, a cultura importada foi de fato deglutida por Lobato, que a tornou acessível aos pequenos brasileiros (e acredito que aos maiores também). Para atingir seu público-alvo, suas estratégias tradutórias foram a utilização de uma linguagem mais próxima da fala, da fala brasileira, da fala infantil. Era isso, talvez, que o aproximava de Mário de Andrade, que tanto defendeu uma língua brasileira. Do ponto de vista cultural, Mário não gostava de olhar para o outro lado do Atlântico, como os seguidores do “Manifesto Antropófago”, menos ainda gostava de ler a língua lusa que marcava a literatura brasileira.

Isso nos leva à segunda discussão: o contexto em que a obra (tradução ou original) está sendo produzida. Martinez (2003) defende que as traduções livres têm limites, mas ela toca num ponto essencial, e a meu ver “perdoa” Lobato, o que Agenor Soares de Moura não conseguiu fazer. E como todo perdão está na compreensão, Martinez compreendeu que Lobato, apesar de ser um homem “à frente de seu tempo” (p. 22), era também um homem do seu tempo. Nas palavras de Martinez, sua tradução/adaptação:

[...] serviu ao seu propósito, ou seja, apresentar ao nascente público leitor brasileiro uma leitura ágil, simples e atraente. E, dentro desse objetivo e *da forma como a tradução era encarada na década de 30*, as escolhas feitas por ele são totalmente justificáveis” (p. 23, grifo meu).

Compreender estratégias tradutórias significa também compreendê-las dentro do contexto em que foram produzidas e não apenas dentro da lógica da nossa época ou da época em que foi escrito o livro original. Aliás, foi isso que aguçou a minha curiosidade sobre o assunto. Há que se reforçar: toda produção humana é histórica e é documento histórico.

Referências

- ANDRADE, Mário de (1993) *Vida literária*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- _____ (1972) *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins/INL.
- AZEVEDO, Carmen Lucia *et al.* (2001) *Monteiro Lobato: furacão na Botucúndia*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Senac.
- CAMPOS, Giovanna Cordeiro (2004) *For whom the bell tolls, de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro*. Dissertação de mestrado inédita, UFJF.
- CASTRO, Marcelle de Souza (2007) *Tradução, ética e subversão: desafios práticos e teóricos*. Dissertação de mestrado inédita, PUC-Rio.
- CUNHA, Eneida Leal (1995) “A antropofagia, antes e depois de Oswald”. Gilberto Mendonça Teles *et al.* *Oswald plural*, 49-57. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ.
- FISH, Stanley (1993) “Como reconhecer um poema ao vê-lo”. Trad. Sonia Moreira. *paLavra* 1, 156-165.
- KONDER, Leandro *et al* (1985) “O livro traduzido e a cultura nacional”. 2º. *Encontro Nacional de Tradutores*, 39-45.
- FONSECA, Maria Cecília Londres (2005) *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. *Diretrizes do Estado Novo (1937-1945): educação, cultura e propaganda* (Instituto Nacional do Livro). http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp_inl.htm>. Acesso em 23 de maio de 2007.
- LOBATO, Monteiro (1982) *Mundo da lua e miscelânea*. 15ª. ed. São Paulo: Brasiliense.
- MARTINEZ, Sabrina Lopes (2003) *Monteiro Lobato: tradutor ou co-autor?* Rio de Janeiro: monografia de pós-graduação inédita, PUC-Rio
- MILTON, John & EUZÉBIO, Eliane (2004) “Tradução e (identidade) política: as adaptações de Monteiro Lobato e o *Julio César* de Carlos Lacerda”. Marcia A. P. MARTINS (org.). *Visões e identidades brasileiras de Shakespeare*, 81-100. Rio de Janeiro: Lucerna.
- MOURA, Agenor Soares de (2003) *À margem das traduções: análises críticas de traduções de autores consagrados*. Ivo Barroso (org.). São Paulo: Arx.

- PAGANO, Adriana Silvina (2001) “ ‘An item called *Books*’: translators and publishers’ collections in the editorial booms in Argentina and Brazil from 1930 to 1950”. *CROP* 6, 171-194.
- RIBEIRO, João (1979) *A língua nacional e outros estudos*. Petrópolis/Aracaju: Vozes/Governo do Estado de Sergipe.
- VIEIRA, Adriana Silene (2001) “Monteiro Lobato translator”. *CROP* 6, 143-169.
- VIEIRA, Else Ribeiro Pires (1999) “Liberating Calibans: readings of *Antropofagia* and Haroldo de Campos’ poetics of transcreation”. Susan Bassnet & Harish Triverdi (orgs). *Post-colonial translation: theory and practice*, 95-113. London and New York: Routledge
- WYLER, Lia (2003) *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.